



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO  
E COMISSÃO DE TERRAS E OBRAS



VOTO DO RELATOR : \_\_\_\_/2019

**PARECER CONJUNTO AO PROJETO DE  
LEI Nº 103/2019 QUE AUTORIZA O PODER  
EXECUTIVO A CONCEDER TÍTULOS  
DEFINITIVOS DE TERRENOS URBANOS  
LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE  
PARAUAPEBAS.**

## **1. RELATÓRIO**

Foi encaminhado para análise e parecer da Comissão Mista de Constituição, Justiça e Redação e de Terras e Obras, a presente proposição.

O Projeto de Lei nº 103/2019 veio devidamente acompanhado de sua justificativa e trata-se da outorga de títulos definitivos de terrenos a dois cidadãos parauapebenses.

É breve relatório.

## **2. VOTO DO(A) RELATOR (A)**

Cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Redação manifestar-se sobre todos os assuntos entregues à sua apreciação, quanto ao seu aspecto constitucional, legal e quanto ao seu aspecto gramatical e lógico, e à Comissão de Finanças e Orçamento compete exarar parecer sobre todos os assuntos de caráter financeiro.

Considerando que o Projeto em apreço foi previamente analisado pela Procuradoria Geral Legislativa, por meio da Procuradoria Especializada de Assessoramento Legislativo, desaguando no **Parecer Jurídico Prévio nº 214/2019**, este Relator opta por acatar, na íntegra, o disposto no aludido parecer e, portanto,



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS**  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**  
**E COMISSÃO DE TERRAS E OBRAS**



toma como razões para emitir posicionamento favorável desta Comissão Mista à proposição em comento, inclusive quanto as manifestações de fato e de direito externadas no aludido parecer.

Assim, sob os aspectos que competem à análise da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, nos moldes do artigo 77 do Regimento Interno desta Casa de Leis, observa-se que a técnica legislativa e a observância estrita do procedimento legal – material e adjetivo – outorgam à proposição em comento a necessária regularidade. Outrossim, também reputa-se demonstrada a constitucionalidade e a legalidade do texto, bem como sua pertinência gramatical e lógica.


O art. 79 do Regimento Interno desta Casa de Leis, preleciona que cabe à Comissão de Terras e Obras emitir parecer sobre todos os processos atinentes ao aforamento ou doação de patrimônio público, à realização de obras pelo município, suas autarquias, entidades paraestatais e concessionárias de serviços públicos, e outras atividades administrativas ou privadas sujeitas à deliberação da Câmara, abstraindo daí, a pertinência do olhar da CTO sobre a proposição em comento.

Nesse sentido, constata-se que o projeto de lei está de acordo com as normas postas pelo Direito Pátrio, ou seja, quanto às peculiaridades atinentes à CTO, tem-se por regular e legítima a pretensão encerrada no Projeto e conveniente e oportuna a sua aprovação.

Verifica-se que o Projeto trata de uma única matéria, obedecendo aos ditames do art. 7º, inciso I da Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1.998.

Ante o exposto, voto favoravelmente à apreciação e aprovação do Projeto de Lei nº 103/2019, por ser constitucional, legal e juridicamente viável.

Sala das Comissões, 05 de dezembro de 2019.

  
**Relator(a)**



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS**  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**  
**E COMISSÃO DE TERRAS E OBRAS**



**PARECER COMISSÃO MISTA Nº     /2019**

A Comissão Mista de Constituição, Justiça e Redação e de Terras e Obras da Câmara Municipal de Parauapebas, em reunião de 05/12/2019, VOTOU PELA APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº. 103/2019, de autoria do Executivo, que autoriza o Poder Executivo a conceder títulos definitivos de terrenos urbanos localizados no município de Parauapebas.

Estiveram presentes os (as) Senhores (as) Vereadores (as): Ivanaldo Braz Silva Simplício; José Marcelo Alves Filgueira; José das Dores Couto; Zacarias de Assunção Vieira Marques; Joelma de Moura Leite e Francisca Ciza Pinheiro Martins.

Sala das Comissões, 05 de dezembro de 2019.

Pela CCJR

\_\_\_\_\_  
Ivanaldo Braz Silva Simplício  
Presidente

\_\_\_\_\_  
José Marcelo Alves Filgueira  
Membro da CCJR

\_\_\_\_\_  
José das Dores Couto  
Membro da CCJR

Pela CTO

\_\_\_\_\_  
José Francisco Amaral Pavão  
Presidente

\_\_\_\_\_  
Maridé Gomes da Silva  
Membro da CTO

\_\_\_\_\_  
Kelen Adriana Costa Coelho Mesquita  
Membro da CTO